## Senado reduz poder dos líderes e fulmina blocos

O plenário do Senado aprovou, por voto de liderança, projeto de resolução do senador Márcio Lacerda (PMDB-MT) que representa um golpe profundo nas pretensões do Palácio do Planalto de criar um bloco parlamentar para conquistar a presidência daquela Casa. O projeto aprovado estabelece que "as lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais".

O líder do Governo no Senado, Marco Maciel, tentou desesperadamente evitar a votação do projeto de Lacerda, que era o item nº 6, entre 12, na sessão ordinária de ontem do Senado, que terminou às 17h30, logo antes da sessão convocada para votar o salário mínimo. Maciel não pôde nem pedir verificação de quorum, uma vez que teria que manter sua tropa em plenário para assegurar a aprovação do projeto do novo salário mínimo na sessão extraordinária que se iniciara às 17h45.

Manobra — O senador Humberto Lucena (PB), líder do PMDB no Senado, jactava-se, logo depois, da aprovação do projeto de Márcio Lacerda, convencido de que representava um golpe no sonho de Maciel de articular a formação de um bloco parlamentar do Governo para garantir a conquista da presidência do Senado, afastando o PMDB da disputa.

Na primeira votação, só entre líderes partidários, houve empate de cinco a cinco, votando pelo projeto o PMDB, PSDB, PDT, PT e PSB, e contra o PFL, PTB, PRN, PDC e PDS. Diante do



Lucena (E), com Mauro Benevides: PMDB comemora o fim do bloco

empate, decidiu-se aplicar o critério do número de integrantes por bancada, ganhando a oposição nesse encontro formal de contas.

Na contagem bancada por bancada, as oposições tiveram maioria, ou seja, 44 votos contra 37 dos representantes governistas.

Lucena não cabia de contentamento em face de uma manobra que, no seu entender, liquida com a idéia do bloco parlamentar governista.

O próprio Marco Maciel procurou fulminar o projeto, antes da votação, quando do debate, sustentando que a proposição tinha o efetivo objetivo de liquidar com as possibilidades de organização de bloco parlamentar no Senado. Na sua interpretação, nem mesmo o aparato administrativo dos gabinetes das lideranças de partidos que aderissem ao bloco parlamentar sobreviveriam.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) achou que o projeto e resolução de Márcio Lacerda era tímido, argumentando que deveria prever, não apenas a extinção das prerrogativas dos líderes de partidos que aderissem ao bloco parlamentar, mas igualmente suas mordomias administrativas. O senador José Paulo Bisol (PSB-RS), como jurista acatado no Senado, condenou a formação de blocos parlamentares como meios anti-democráticos, uma vez que servem para enfraquecer, mais ainda, a vida partidária. De acordo com os líderes oposicionistas, os líderes dos partidos que aderirem ao bloco perdem a faculdade de falar em plenário, obstruir votações, indicar membros para as comissões técnicas.